





UMA INTERPRETAÇÃO FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO

Luan Vieira¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6264-0749>

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2024.4.2.8755>

RESUMO: Este artigo visa apresentar uma interpretação sobre a perspectiva de Michel Foucault sobre o neoliberalismo, destrinchando sua análise a partir da obra “*Nascimento da Biopolítica*”. De início, foi introduzido um balanço sobre a metodologia do autor, com enfoque em sua crítica aos universais abstratos e nas implicações de sua definição de governo. Em seguida, a investigação priorizou o conceito de biopolítica e sua relação com o desenvolvimento do liberalismo, resultando na hipótese de que o cerne da reflexão, no livro do filósofo francês, é o exercício da soberania política. A seguir, os limites da biopolítica são problematizados para desenvolver nossa hipótese e argumentar que sua definição de racismo está associada à sua perspectiva sobre a sociedade neoliberal. Por fim, é exposto que a resistência no autor detém paralelos com a sua metodologia, no sentido de que ambos compartilham o princípio de privilegiar práticas concretas.

Palavras-Chave: Michel Foucault. Metodologia. Biopolítica. Neoliberalismo. Resistência.

A FOUCAULTIAN INTERPRETATION OF NEOLIBERALISM

Abstract: This article aims to present an interpretation of Michel Foucault's perspective on neoliberalism, unraveling his analysis based on the work “*The Birth of Biopolitics*”. First, an overview of the author's methodology was introduced, focusing on his critique of abstract universals and the implications of his definition of government. The investigation then prioritized the concept of biopolitics and its relationship with the development of liberalism, resulting in the hypothesis that the core of the reflection, in the book by the French philosopher, is the exercise of political sovereignty. Next, the limits of biopolitics are problematized to develop our hypothesis and argue that his definition of racism is associated with his perspective on neoliberal society. Finally, it is shown that the author's resistance has parallels with his methodology, in the sense that both share the principle of privileging concrete practices.

Keywords: Michel Foucault. Methodology. Biopolitics. Neoliberalism. Resistance.

¹ Graduado em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de São Paulo. Desenvolveu, ao longo da graduação, duas iniciações científicas de caráter voluntário, uma sobre as manifestações topológicas da Independência do Brasil e outra sobre Ciência e Teoria da História em Henri Bergson, sob orientação, respectivamente, de Andréa Slemian e Rita Paiva. Desenvolveu, no trabalho de conclusão de curso, uma pesquisa sobre Michel Foucault e o Neoliberalismo, sob orientação de Rosângela Ferreira Leite. Atualmente é mestrando na Universidade Federal de São Paulo, onde realiza pesquisa sobre a linguagem política de Portugal no século XVII, sob orientação de Luís Filipe Silvério Lima.



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



INTRODUÇÃO: O MÉTODO

Este artigo visa apresentar uma interpretação sobre a perspectiva de Michel Foucault sobre o neoliberalismo, destrinchando sua análise a partir da obra *“Nascimento da Biopolítica”*. Esta se originou de um curso, proferido no Collège de France em 1979, participando de um conjunto de pesquisas que investigam o eixo da governamentalidade. Pode-se argumentar, como será feito nesta seção, que o direcionamento dessas pesquisas está muito associado às escolhas metodológicas do autor.

A metodologia de Foucault é objeto de debate. Isso ocorre, em grande medida, em virtude das transformações do autor: não adotando um mesmo princípio metodológico para realizar suas teses, o arcabouço teórico do autor se transformava conforme a necessidade de suas pesquisas. Nos cursos da década de 1970, em especial, parece ser central em sua metodologia a suposição de que os universais não existem. Essa hipótese não faz oposição a toda e qualquer universalização — afinal, uma das maiores contribuições de Foucault é introduzir categorias explicativas que representam processos globais, e não somente locais, de um determinado espaço-tempo —, a sua oposição é apenas aos universais abstratos, categorias que não apresentam correspondência com a materialidade, partindo do entendimento de que a universalidade é uma produção histórica (NETO, 2015, p. 415).

Tais pressupostos são proferidos em 1976 no curso *“Em defesa da sociedade”*, quando planeja analisar o poder não por meio de uma análise dedutiva, mas sim por uma observação de sua prática efetiva e real (FOUCAULT, 2010, p. 32-36). Em outro curso, *“Segurança, território, população”*, ministrado em 1978, aponta-se que sua pesquisa dos mecanismos do biopoder não tem em vista formalizar uma teoria geral, mas simplesmente saber por onde, como, por quem, quais procedimentos e com que eficácia tais mecanismos operam (FOUCAULT, 2008a, p. 3-5). Por último, apresentado em 1979, *“Nascimento da Biopolítica”* expressa não partir dos universais da teoria política (Soberano, Estado, Sociedade Civil) para deduzir os fenômenos históricos, e sim de suas práticas concretas, buscando “passar os universais pela grade dessas práticas” (FOUCAULT, 2008b, p. 5).

Seguindo essa premissa metodológica, em uma abordagem contra o elemento metafísico das universalizações, o autor igualmente faz oposição à maneira tradicional de



conceber o Estado. Em primeiro lugar, o Estado para Foucault se constitui como efeito de um arranjo de práticas de governo para a condução dos sujeitos, em uma percepção que privilegia a atuação dos sujeitos no processo de formação política; em segundo lugar, há um caráter de instabilidade, próprio das técnicas de governo, que ocasiona uma mobilidade categórica distante dos absolutos universais. Em resumo, a sua distinção, em relação à teoria política, é apreender as relações de poder enquanto práticas de governo, definidas enquanto modo de condução de si e de outrem, deslocando o núcleo de compreensão da sociedade moderna para o sujeito e suas transformações (COSTA, 2019, p. 177-178).

Essa definição de governo funciona como operador conceitual para revisar o sujeito como objeto passivo e, por extensão, revisar compreensões que articulam uma crescente estatização da sociedade. Em detrimento de uma noção onde a sociedade é progressivamente dominada de cima para baixo, a investigação de Foucault acentua, apoiado no instrumental teórico das relações de poder, um controle social que emerge com a regência dos comportamentos. Em suma, essa definição compreende que o funcionamento de uma sociedade neoliberal não se restringe apenas às dominações perpetuamente assimétricas, mas também atua no nível da “ação sobre a ação”, em dinâmica de macro e micropolítica.

No curso “*Nascimento da Biopolítica*”, o autor analisa duas formas de neoliberalismo que eram contemporâneas: o ordoliberalismo alemão da Escola de Friburgo e o neoliberalismo americano da Escola de Chicago (FOUCAULT, 2008b, p. 103). Poderia se especular que a conexão entre ambos está no “inimigo comum”: uma configuração do Estado que controla a economia; contudo, a metodologia de Foucault opta pelo eixo da governamentalidade, em uma abordagem que problematiza a produção de subjetividades. Nessa perspectiva, a grande virada dessa configuração política que se desenha na década de 1970 está em sua capacidade de limitar o campo de ação dos indivíduos, implicando a incorporação de ações mediadas por relações de poder que emanam de uma estrutura política neoliberal (LAVAL, 2020, p. 36).

Por conseguinte, a análise de Foucault reflete sobre a prática governamental no exercício da soberania política. Em linhas gerais, para conservar um determinado funcionamento político, além de uma teoria econômica, foi necessário o desenvolvimento de processos de sujeição. Para aprofundar esse relacionamento entre funcionamento político e



os processos de sujeição, o autor escreve sobre a biopolítica.²

A Biopolítica e o Liberalismo.

O primeiro volume da *“História da Sexualidade”* apresenta a biopolítica como uma inversão do ideal de poder da soberania (“fazer morrer e deixar viver” que se inverte em “fazer viver e deixar morrer”), flagrando o momento em que a vida e a morte entram no cenário político. Contextualizando historicamente, revelou-se que a partir dos séculos XVII-XVIII há uma tentativa de realizar um disciplinamento do corpo e uma regulação da população devido à incidência do poder sobre a vida. Basicamente, uma nova dinâmica nos mercados fez por emergir a necessidade de uma nova tecnologia de poder que visa otimizar o corpo da população, tornando-o economicamente útil por conta das novas relações de produção em desenvolvimento (FOUCAULT, 2009, p. 145-152).

Em breve adendo, convém ressaltar que o corpo é interpretado conforme os escritos de Friedrich Nietzsche (2018, p. 32). Nessa conceitualização, o corpo é onde nascem os desejos, lugar de insuperável conflito, capaz de dissolver princípios de permanência impostos por um ou outro regime político (FOUCAULT, 2021, p. 65-66; p. 71). Nessa perspectiva, o que está em jogo é a incidência da biopolítica na capacidade de resistir, ou seja, nos modos pelos quais o corpo, ao invés de ter suas forças aumentadas, é arruinado.

É nesse encadeamento que Foucault retoma o conceito de biopolítica nos cursos de 1976-1978. Como atestam Antonia Carla Victor de Paiva (2021) e Thomas Lemke (2001), esses cursos têm em comum o objetivo de investigar a racionalidade de Estado que faz a biopolítica funcionar. Especialmente no curso *“Nascimento da Biopolítica”*, Foucault descreve o estreito relacionamento entre o desenvolvimento de uma racionalidade de Estado, o mercado como lugar de veridicção e o funcionamento da biopolítica sobre o corpo.

O termo racionalidade de Estado retrata um processo, que ocorre a partir do final do século XVI e início do século XVII, onde o Estado se afasta da regulação de regras transcendentais, seja um modelo cosmológico ou um ideal filosófico, e começa a desenvolver

² Sobre a biopolítica, há uma série de autores que seguem ou têm proximidade com essa linha de pesquisa. Alguns deles são: Giorgio Agamben, Achille Mbembe e Roberto Esposito.



seu governo com base em regras racionais que são próprias de seu contexto (FOUCAULT, 2021, p. 420). Essa racionalidade de Estado se transforma com a ascensão do liberalismo, entendido como uma mudança na dinâmica dos mercados comerciais. Por isso, Foucault toma a perspectiva liberal como objeto de estudo ao longo de “*Nascimento da Biopolítica*” (FOUCAULT, 2008b, p. 30).

Em sua investigação sobre os mercados comerciais, Foucault diagnosticou que seu funcionamento, durante os séculos XVI-XVII, era de um lugar de justiça (FOUCAULT, 2008b, p. 42). Havia leis internas do funcionamento do mercado, com regulamentações sobre os produtos, uma noção de justiça sobre os preços e um espaço protegido para o comprador (sanção da fraude). Esse sistema tripartite fazia com que o mercado “funcionasse realmente como um lugar de justiça, um lugar em que devia aparecer na troca e se formular nos preços algo que era a justiça. Digamos que o mercado era um lugar de jurisdição” (FOUCAULT, 2008b, p. 43). Já em meados do século XVIII, por um lado, o mercado passa a ser interpretado como uma derivação de mecanismos naturais ou espontâneos e, por outro lado, ele se torna um lugar de verdade. Tal acontecimento está inscrito na progressividade pela qual um certo preço é metamorfoseado em preço verdadeiro; em outras palavras, o preço não se derivará do acordo tácito entre comerciante e comprador, mas de certo valor que é próprio do produto que advém naturalmente do mercado enquanto lugar de veridicção.

Com esse movimento, Foucault constata que a emergência do liberalismo significou uma nova forma de governar, fator discriminado como decisivo para o aparecimento, no interior da razão de Estado, de uma verdade econômica. A maior implicação desse processo, onde o mercado passa a formular a regra da prática governamental (FOUCAULT, 2008b, p. 42-45), é o nascimento da biopolítica, em um momento onde os corpos passam a ser adestrados segundo a veridicção do mercado. Assim sendo, a sua reflexão aponta para a incidência do poder sobre a vida em uma série de políticas voltadas para o indivíduo/população, relatando uma adequação geral aos processos econômicos e assinalando disciplinas e a regulação como contraponto às liberdades formais e jurídicas modernas (DUARTE, 2015, p. 445).

Por continuidade, Foucault não concebe o Estado como aspecto para “modernização”, voltando sua atenção para os princípios governamentais que antecedem uma determinada



configuração de Estado. Isto posto, as políticas de gestão da vida são problematizadas ao passo que podem ser instauradas não devido ao altruísmo do funcionamento do órgão público, mas devido à lógica predominante do regime econômico.³ Como foi visto, o que encontramos no liberalismo, segundo Foucault, é forte proximidade com a biopolítica que objetiva despolitizar o sujeito, transformando certas tendências vitais — características biológicas fundamentais dos indivíduos ou da espécie humana — tendo em vista aumentar as forças econômicas. O resultado é um poder que, após o século XVIII, cobre progressivamente a superfície que se estende do corpo à população (FOUCAULT, 2010, p. 213).

Ainda sobre o Estado, o autor indica diferentes relacionamentos: o liberalismo era “uma formalização geral dos poderes do Estado e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p. 160) e o neoliberalismo, por sua vez, parte da suposição de que o Estado não existe para perguntar-se “como fazê-lo existir a partir desse espaço não estatal que é o de uma liberdade econômica?” (FOUCAULT, 2008b, p. 117). Mesmo assim, Foucault entende que o neoliberalismo é “uma nova programação da governamentalidade liberal” (FOUCAULT, 2004, p. 127), posto que, em última instância, ambos possuem o mesmo princípio norteador assentado na atividade econômica.

Por esse motivo, a genealogia do liberalismo econômico, como apontou Frédéric Gros (2013), é demasiado importante para o curso “*Nascimento da Biopolítica*”. Entretanto, como foi demonstrado, o cerne da reflexão é o processo de racionalidade do Estado no exercício da soberania política. É por esse motivo que a reflexão de Foucault se direciona para os mercados, isto é, na medida em que o liberalismo transforma a razão de Estado e inaugura uma prática governamental que visa otimizar o corpo da população para manter a soberania política. Ademais, é nessa chave que o autor versa sobre os que estão à margem desse processo: para manter o poder soberano precisa-se lidar com os corpos populacionais exógenos.

O Racismo e o Neoliberalismo.

³ Com esse mesmo argumento, Foucault poderia delinear os limites da política dos “Anos Dourados”, denominação adotada por Eric Hobsbawm para descrever o desenvolvimento econômico dos países de capitalismo avançado entre 1945-1973. Portanto, acreditamos que essa crítica também pode ser interpretada a partir do contexto da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Para ver mais: HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos - o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.



Ao mesmo tempo que existe um processo de regulação sobre a vida para, supostamente, viver de forma “civilizada”, coexiste os que são deixados de fora do projeto, mantidos em uma espécie de guerra contínua. Foucault, no curso *“Em defesa da sociedade”*, reputa não haver contradições entre um governo preocupado essencialmente com a vida e que, mesmo assim, mantém o direito de matar. A solução do paradoxo, entre o gerenciar da vida e o conservar do poder soberano, é que as mortes são justificadas por um mecanismo de seletividade que, agindo como padrão normativo, resulta no racismo.

A operação do racismo, para Foucault, é compreendida em duas funções: a primeira é instrumentalizar um corte biológico para classificar a humanidade, dividindo a espécie em raças e subdividindo a população no mesmo princípio; a segunda é legitimar a morte do outro a partir dessa hierarquização, de modo a instrumentalizar a morte em nome do fortalecimento da própria da raça, contra o degenerado e/ou o anormal, deixando a vida mais “pura” (FOUCAULT, 2010, p. 214-215). Achille Mbembe estabelece que o racismo nesse caso é uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, regulando a distribuição da morte e permitindo as funções assassinas do Estado, condição de aceitabilidade do fazer morrer do velho direito soberano (MBEMBE, 2018, p. 17-19).

Contudo, Mbembe, ao avaliar a definição de racismo de Foucault, descreve tal análise como algo “aparentemente familiar” ao racismo (MBEMBE, 2018, p. 16). Seguindo esse caminho, deve-se considerar que Foucault realiza um recorte epistemológico ao examinar somente a Europa Moderna para propor sua definição sobre o racismo, em uma acepção que prioriza elementos fundamentais do regime nazista (FOUCAULT, 2009, p. 197).

Ainda que seja uma definição limitada, pode-se argumentar que algo “aparentemente familiar” ao racismo se expande no neoliberalismo. Em síntese, a definição foucaultiana de governo esboça que é possível conduzir os indivíduos a partir da produção de subjetividades que são competitivas entre si. Por esse ângulo, o neoliberalismo habilita uma concepção de desigualdade aceitável entre os indivíduos que não está ligada ao racismo biológico — nem ao seu correspondente, o chauvinismo nacional —, mas apenas aos estímulos da concorrência entre todos (DARDOT; LAVAL, 2021, p. 155).

Apesar disso, Foucault não tem a intenção de desqualificar a raça como instrumental



para a guerra, e sim indicar múltiplos elementos para esse processo. É perceptível que nesse momento de suas pesquisas o autor investiga um conjunto de fatores que condicionam a guerra — incluindo, como foi visto, o racismo —, mas, especialmente no curso “*Nascimento da Biopolítica*”, sua interpretação privilegia o mercado. Com esse ponto de vista, essa obra permite visualizar que os postulados que antes eram associados ao nazismo continuam existindo no mundo contemporâneo, apenas o plano de fundo para vincular “pureza” à vida deixou de ser a raça para se tornar o mercado.

Esse enfoque no mercado pode ter relação com as políticas que ocorrem no globo enquanto o autor desenvolve suas pesquisas. Os neoliberais alemães, para além do âmbito estritamente econômico, procuravam submeter uma sociedade à dinâmica concorrencial (uma ideia de sociedade que os neoliberais norte-americanos irão radicalizar) (FOUCAULT, 2008b, p. 201). Esse contexto evidenciou a tentativa de reorganizar as relações entre indivíduos com suporte da matriz neoliberal, não como uma imposição feita de cima, mas como um meio para os indivíduos serem constituídos e governados nos moldes de uma subjetividade empresarial.

Isso ocorre porque o princípio de regulação do poder sobre os indivíduos se dá em termos econômicos, fomentando um indivíduo onde o “auto-interesse natural” ou a sua “tendência à competição” precisam ser incentivados; nesse sentido, existe uma imposição sobre o sujeito, um assujeitamento (ALEIKSEIVZ, 2015, p. 624-625). Seguindo a esteira desse pensamento, Foucault associa o neoliberalismo à construção do *Homo Oeconomicus* (Homem Econômico), que, levado a uma vida financeira, é profundamente afetado pelos estímulos do mercado. Como consequência, o corpo, apesar de exercer diferentes tipos de resistência, está inscrito no capital, de tal maneira que o indivíduo compreende-se a partir da concorrência (FOUCAULT, 2008b, p. 365). A alternativa neoliberal coloca no centro de uma “política social” a regra do mercado, em uma frase, a estrutura determinante torna-se a concorrência e, dessa forma, cria-se uma nova humanidade (LAVAL, 2020, p. 170).

Concisamente, apresenta-se a história de um projeto de despolitização. Na interpretação de Antonia Carla Víctor de Paiva, a concepção de Foucault sobre o funcionamento do neoliberalismo detém como aspecto central a regência de subjetividades para minar a consciência de coletividade e lutas coletivas (PAIVA, 2021, p. 9-10). Em



extensão, a autora observa que o processo de “economização” da vida expande-se para as bases da democracia, dado que, se não há coletividade e sim individualidade, não há soberania popular, nem comunidade, acarretando o desfazer da democracia (PAIVA, 2021, p. 8). Por fim, uma vez que a democracia progressivamente desmorona, emerge um ciclo de crise política. No diagnóstico de Wendy Brown, os mercados operam por meio de crises, algo que, combinado com um projeto de sociedade onde o indivíduo é despolitizado, encaminha para aspiração a algo diferente da política institucional democrática — por exemplo, a extrema-direita —, em um projeto que, usualmente, prega um retorno à ordem por meio de pautas conservadoras (BROWN, 2015).

Em suma, a perspectiva foucaultiana considera que o privilégio de alguns na modernidade não teve como fundamento o bem comum, mas o controle social; além disso, esse privilégio foi condicionado por algo semelhante ao racismo, os mecanismos de hierarquização social, que, desta vez, mantêm continuidade no mundo contemporâneo por meio do mercado. Em uma frase, Foucault percebe que as novas formas da biopolítica emergem a partir das economias de mercado influenciadas pelo neoliberalismo (LEMKE, 2001, p. 34).

Para finalizar, deve-se frisar que a resistência política está no terreno das práticas. A resistência para Foucault, sob influência da “atitude crítica” kantiana, afirma outras formas de governo, afastando-se das técnicas e dos procedimentos aos quais somos sujeitados, por estruturas do poder moderno, em direção a novas formas de subjetividade (PAIVA, 2021, p. 90-92). Todavia, essa emancipação não reside no encontro de uma natureza verdadeira, mas na produção de si próprio por meio de práticas de liberdade.⁴

A Resistência.

Conforme exposto, o princípio metodológico de Foucault está em luta contra as universalizações abstratas, incluindo, poderíamos dizer, uma natureza verdadeira que seria

⁴ Segundo a análise de Thiago Fortes Ribas, a noção de “práticas de liberdade” detém certa historicidade no pensamento de Foucault. Adotamos a definição que se aproxima do cinismo, na medida em que interliga as três problemáticas centrais em seu projeto, como tarefa filosófica da alteração dos valores e criação de novas formas de vida. Para ver mais: RIBAS, Fortes Thiago. *Práticas de liberdade em Foucault. Dois pontos*: Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 181-197, abril de 2017.



condição para a emancipação. As interpretações que seguem uma linha de universalidade abstrata funcionam para não atuarmos politicamente com as certezas que pesquisas históricas condicionam. Seguindo esse posicionamento, como expresso em *“Nascimento da Biopolítica”*, o autor não queria capturar a “essência” do neoliberalismo, e sim realizar uma análise do neoliberalismo em sua manifestação particular. Foucault buscava formar contracondutas em seu contexto histórico. Essa perspectiva é intrínseca, segundo Roberto Machado, à maneira que Foucault pensava a função do intelectual: um formador de saber que não deve ser, de forma alguma, isento da atuação política no seu próprio contexto (MACHADO, 2021, Introdução). O próprio Foucault adverte, afinal, que a ontologia histórica de nós mesmos deve ser entendida

(...) não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula: é preciso concebê-la como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível (FOUCAULT, 2008c, p. 351).

Um aspecto importante de sua perspectiva, portanto, era um determinado fazer histórico. Seu ofício histórico trabalhou extensamente processos de controle social — mecanismos de disciplinamento para o conjunto da sociedade, estabelecendo padrões e vigiando os desvios —, que são impostos a partir de uma determinada configuração de princípios econômicos. Essa investigação enfatiza um objetivo da modernidade europeia: a homogeneidade populacional.

Um fator determinante para essa abstração, que desqualifica resistências e atuações políticas, pode se derivar do projeto essencialmente moderno de conceber viabilidade ao preceito de universalização distante da grade das experiências. O ponto central na empreitada foucaultiana é o desejo por enfraquecer esse projeto, apontando suas falhas e mistificações, incitando que a população afirme a heterogeneidade que lhe é própria por meio de resistências. Por isso sua metodologia está associada à proposta de ruptura radical com essa experiência limitante, ou, por outra, ela existe para fomentar a crítica ao processo em que o sujeito é constituído de modo a perder sua capacidade de agir coletivamente.

Foucault regia suas análises no postulado de que pouco importa algo como a alma do neoliberalismo, fazendo oposição à compreensão abstrata do fenômeno. O que importa é como poderíamos direcionar nosso corpo, entendido como capacidade de resistência e



insurgência, rumo à liberdade em relação às práticas de governo impostas pelo neoliberalismo. Nesse sentido, para Foucault, a alma é um efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma é a prisão do corpo.⁵

Em termos mais práticos, Foucault ressalta que não se deve universalizar as categorias e conceitualizações sobre o fenômeno na intenção de captar o funcionamento geral do neoliberalismo em manifestação abstrata; pelo contrário, devemos descobrir e declarar sua verdade enquanto manifestação histórica — constatando como certas práticas governamentais contemporâneas afetam, por exemplo, o povo brasileiro — no intuito de fundamentar mudanças sociais. Assim sendo, pode-se concluir que a análise do fenômeno histórico que nos transpassa pode ser um importante elemento para nossa emancipação e, ainda mais, nosso instrumental para essa análise, nossa metodologia, deve reforçar a resistência. Para esse fim, o conselho de Christian Laval é ler Michel Foucault não como um corpo teórico fechado, a ser retomado em bloco ou repetido dogmaticamente, mas como um autor que legou à posteridade novas pesquisas e novos caminhos (LAVAL, 2020, p. 351).

⁵ Essa citação pertence à obra “Vigiar e Punir” (1987) e utilizamos partes de seu sentido original, o qual não versava sobre o neoliberalismo, para realizar tal constatação.



REFERÊNCIAS

- ALEIKSEIVZ, Renato Alves. Foucault, o neoliberalismo e nós. In: CARVALHO, Marcelo; ELEONORA, Dirce; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres (Org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2015.
- ARAÚJO, J. S. *Biopolítica como controle sobre a vida e política de resistência*. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 12, n. 1, p. 145, 17 set. 2019.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- CANDIOTTO, César. *Cuidado da vida e cuidado de si: sobre a individualização biopolítica contemporânea*. *Dissertatio*, 34, verão de 2011, p. 469-91.
- COSTA, Héden Salomão Silva. Biopolítica e a crítica foucaultiana no racismo de Estado. In: CARVALHO, Marcelo; ELEONORA, Dirce; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres (Org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2015.
- COSTA, Silva Herilson. A crítica da crítica em Foucault. In: ELEONORA, Dirce (Org.). *Filosofia francesa contemporânea*. Nigro Solis...et al -- São Paulo: ANPOF, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Neoliberalismo e subjetivação capitalista*. *Revista o olho da História*: N. 22, Abril de 2016.
- DUARTE, Fabio. Foucault e a governamentalidade neoliberal. In: CARVALHO, Marcelo; ELEONORA, Dirce; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres (Org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2015.
- FERREIRA NETO, J. L.. *Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 411–420, jul. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. “Política e Ética: uma entrevista.” In: *FOUCAULT, Michel*. *Ética, Sexualidade e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1976-1977). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.



- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? In: *Ditos e escritos II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 2º ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GALLO, S. *Biopolítica e subjetividade: resistência? Educar em Revista*, n. 66, p. 77–94, dez. 2017.
- GONÇALVES, Daniel Luis Cidade. O liberalismo crítico de Michel Foucault. In: CARVALHO, Marcelo; ELEONORA, Dirce; CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres (Org.). *Filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: ANPOF, 2015.
- GROS, F. *Y a-t-il un sujet biopolitique?* Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/GROYAU>>. Acesso em: 8 out. 2023.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos - o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- LAGASNERIE, Geoffroy de. *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- LEMKE, T. “The birth of biopolitics”: Michel Foucault’s lectures at the Collège de France on neoliberal governmentality. *Economy and Society*, v. 30, n. 2, 2001.
- LIMA, F. J. B. S.; LIMA, K. N. DE B. S. *A BIOPOLÍTICA COMO RACIONALIDADE DO LIBERALISMO: CONEXÕES FOUCAULTIANAS*. *Polymatheia - Revista de Filosofia*, v. 6, n. 9, 2013.
- LUIZ, F. *Governo e Mercado: Foucault e a Emergência do Neoliberalismo Alemão*. *Humanidades em diálogo, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 155-170, 2012. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2012.106215. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106215>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.



NIETZSCHE, Friedrich W. Dos desprezadores do Corpo. In: NIETZSCHE, Friedrich W. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. Trad. Paulo César de Souza — 1º Ed. — São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

PAIVA, A. C. V. DE. *BIOPOLÍTICA, GOVERNAMENTALIDADE E NEOLIBERALISMO: articulações conceituais*. *Cadernos Cajuína*, v. 6, n. 1, p. 3–10, 16 fev. 2021.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIBAS, Fortes Thiago. *Práticas de liberdade em Foucault. Dois pontos*: Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 181-197, abril de 2017.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*. Bauru: EDUSC, 2002.

SAUVÊTRE, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; DARDOT, Pierre. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.